



António Pinto
Ribeiro

OPINIÃO

O que pode a cultura?

Uma narrativa que considere a Europa actual catastrofista é a mesma narrativa que desconsidera estes séculos de barbárie cometida contra outros povos e nações.

7 de Julho de 2019, 7:33

Pode pouco. Para responder à questão colocada recentemente num dos seminários que fazem parte de um roteiro europeu promovido pela European Cultural Foundation em colaboração com a Fundação Calouste Gulbenkian. Mas, ainda assim, esta resposta pessimista que vai em sentido oposto à mitologia de uma Europa humanista, pioneira da modernidade, deve ser entendida a partir de um diagnóstico realista e lúcido isento da mitologia da Europa iluminista e autora de um outro mito, o de uma modernidade iluminista universal.

Comecemos por aqui. É um facto de que há na Europa de hoje situações que estão a pôr em causa o estado social, é alarmante a inoperância das medidas para travar a velocidade das alterações climáticas, a restrição das liberdades em países com regimes autoritários é cada vez mais constante, empresas controlam a nossa vida por via da tecnologia. Todas estas situações merecem uma resposta rápida. Mas o

regime catastrofista publicitado em nada contribui para desconstruir este estado de sítio que tem a espessura de séculos na história de uma Europa em guerras, usurpações de territórios, genocídios, ditaduras e duas Guerras Mundiais, que, no século XX, ameaçaram a sobrevivência da humanidade e que se edificou económica, política e imperialmente como construtora e legitimadora de séculos de escravatura e de colonialismo. Uma narrativa que considere a Europa actual catastrofista é a mesma narrativa que desconsidera estes séculos de barbárie cometida contra outros povos e nações. Do mesmo modo não é intelectual e politicamente produtivo isolar a Europa do resto do mundo, como se os problemas europeus fossem mais importantes que todos os de outras regiões e como se a Europa e os seus problemas não estivessem conectados com o mundo total.

A ausência de políticas de memória é a grande responsável por esta não inscrição do lado negativo de factos só aparentemente, do mal, que também determinou o que a Europa é. E se há políticas de memória relativas ao genocídio nazi, é ainda assim e paradoxalmente este o trauma que funciona como um biombo que oculta outros genocídios, nomeadamente a escravatura e o colonialismo. Depois de ter exercido durante séculos o seu genocídio no ultramar, parte da

Europa contaminou e exerce hoje o seu regime de violência agora no interior das suas fronteiras, tornando evidente que a apetência pelo regime da escravatura e do colonialismo esteve latente décadas no interior da Europa: é a violência contra os migrantes, contra o pensamento crítico, contra as mulheres. Como afirma Achille Mbembe, neste regime neo-colonial, a não ser deposto, todos os “novos colonizados” serão conduzidos a serem como os negros no passado, porque à irracionalidade se juntou a vontade ou o laxismo que amnistia estes crimes e permite a continuação da amnésia das narrativas históricas duma Europa sem mácula.

Porque a pergunta do título do artigo – o que pode a cultura? – tem uma configuração anacrónica, as expectativas são mínimas. O uso e abuso do termo cultura, contendo um essencialismo vago que acaba por albergar conforme o ponto de vista do seu utilizador os mais antagónicos significados – tanto pode referir-se a uma cantata de Bach, a uma obra de Amina Agueznay a um manual de floricultura como a um qualquer programa indigente de entretenimento –, distorce o potencial do uso antigo do termo.

Por isto, e para dar alguma resposta positiva à pergunta inicial, comecemos por ser rigorosos na linguagem onde tudo acontece. A modernidade europeia definiu a cultura por oposição à natureza, subalternizando-a a maioria das vezes. Tal acto constituiu uma das maiores falácias da produção intelectual europeia. Abandonemos pois este termo e os seus sucedâneos como Ministério da Cultura, a cultura do património, etc... Admitamos que, ao estabelecermos entre nós relações de produção de conhecimento e de representação dos desejos e das heranças – muitas vezes em conflito, por representarem produções de ideias diferentes que formam um sistema –, produzimos o que é conveniente chamar de sistema cultural. Um sistema dinâmico, transnacional e transnatural, onde a relação com a natureza é de convivialidade e de alteridade. E nesta nova relação, por exemplo, no interior deste sistema, começa a resposta cultural para retrair as alterações climáticas. Esta parceria nem sequer é nova. Já existe no pensamento ameríndio, como em alguma filosofia oriental, como em trechos de Espinosa ou de Bruno Latour.

Assim concebido, este sistema cultural não é um bloco homogéneo nem sobrevoa o mundo como equacionava o termo cultura. Dele fazem ainda parte a transmissão de memórias e as condições de produção da criatividade (que é o substantivo da educação) e as produções de instrumentos e de saberes que produzem o conhecimento científico, um bem público a que se deve submeter a tecnologia, tarefa particularmente difícil dada a sua autonomização quer da ciência, quer da religião. Em termos institucionais, um governo que se propusesse responder ao estado de sítio actual teria já substituído o Ministério da Cultura por um Ministério das Relações Culturais e Ambiente. E as fundações culturais que devem cuidar dos cidadãos, com a vantagem de não estarem condicionadas pelos calendários apressados dos governos, são instrumentos fundamentais para manterem e disseminarem quer as políticas de memória, quer a inovação, que é sempre o rearranjo de conhecimentos a partir de outro ponto de vista.



E se é um facto que vivemos um sobressalto que coloca em perigo a democracia, então comecemos por

combater esta amnésia que paira sobre a história do colonialismo e sobre o neo-colonialismo na Europa, cujas matrizes instigam à ignorância e ao ódio. O que se pode fazer para caminhar diariamente para a paz universal é decidir no interior deste sistema cultural reconhecendo que o deslocamento para a Europa dos ex-colonizados e dos seus descendentes, realizado pelos novos negreiros, tido como um perigo, pode, pelo contrário, gerar um movimento que pode ser um contributo notável para dar respostas a essa Europa em estado de sítio. Trata-se de cuidar daqueles que transportam também consigo outros tipos de sistemas culturais muitas vezes plenos de criatividade. Aos cidadãos desconfortáveis com esta solução recorde-se as Comissões de Verdade criadas, entre outros, por Desmond Tutu na África do Sul pós-*apartheid* e, com ele, aprendamos que um inimigo é um amigo a fazer, mais tarde. É um bom exemplo de um acto cultural para transformar a Europa num lugar mais convivial.

Investigador e programador cultural do projecto "Memoirs" no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

***Assinar o Público é
participar na construção de
um país melhor***

O PÚBLICO nunca foi tão lido. Todos os meses passam pelo nosso online mais de 6.5 milhões de visitantes. Para nós, este número confirma a importância do nosso trabalho. Queremos produzir mais e melhor informação, com a liberdade de sempre e sem abdicar da diversidade de opiniões que enriquece uma sociedade livre. Queremos reforçar a nossa investigação para garantir um escrutínio mais eficaz dos poderes. Precisamos que se junte a nós neste esforço. A verdade, o pluralismo, a justiça, a solidariedade ou a abertura ao mundo são valores que partilhamos consigo.

Sinta-se ainda mais parte deste projecto cívico. **Pense bem, pense Público.**

ASSINE JÁ

TÓPICOS

CULTURA-ÍPSILON | **EUROPA** | **HISTÓRIA** |
COLONIALISMO | **DIREITOS HUMANOS** |
OPINIÃO
